

**Max Weber**



Copyright © 2024, Ulisses do Valle.

Copyright © 2024, Editora Milfontes.

Av. Eldes Scherrer Souza, 2162, Loja 205AB, Colina de Laranjeiras, Serra, ES, 29167-080

**Compra direta e fale conosco:** <https://editoramilfontes.com.br>

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

### Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Caterine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.<sup>ª</sup>. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.<sup>ª</sup>. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Miti-diero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Brito Pereira (UDF) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Ulisses do Valle

# Max Weber

*Teoria e História*



Editora Milfontes  
Serra, 2024

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

### **Revisão**

De responsabilidade exclusiva do autor

### **Capa**

Imagem da capa:

*Max Weber*

Autor:

*não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Aspectos:

Bruno César Nascimento

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Bruno César Nascimento

### **Impressão e Acabamento**

Maxi Gráfica e Editora

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V181m VALLE, Ulisses do.  
Max Weber: teoria e História/ Ulisses do Valle  
Serra: Editora Milfontes, 2024.  
456 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-5389-087-9

1.Weber 2. Teoria 3. História I. Valle, Ulisses do II. Título.

CDD 901.02

# Sumário

Apresentação .....	7
O problema da estase do conceito de cultura .....	9
O problema da ação humana para a História .....	12
O problema da formação de conceitos em história.....	13
O problema da causalidade histórica .....	15
- I - Os distintos âmbitos da cultura: o conceitual e o existencial .....	19
Os limites iniciais do conceito de cultura: Dilthey e Rickert .....	21
Um aprofundamento da questão: de Rickert a Weber .....	29
O Sentido como unidade analítica da cultura .....	42
Entre Weber e Schutz: compreensão e temporalidade .....	70
Cultura e ação social.....	119
Talcott Parsons e Alfred Schutz: duas leituras complementares de Weber.....	152
- II - Da cultura à história: o fluxo heterogêneo das contingências.....	169
O problema da ação na história .....	175
- III - Os limites da formação de conceitos em história .....	233
A realidade histórico-cultural: labirintos neokantianos .....	237
Em defesa da imaginação .....	261
O geral e o particular no espectro de um tipo ideal .....	284
- IV - Causalidade histórica e Imputação causal singular .....	331
A explicação causal em história .....	334
Max Weber: o embate entre o narrado e o vivido. ....	346
A estrutura lógica da análise causal singular.....	375
A história e as discussões axiológicas: a história como discurso hermenêutico e teórico-empírico. ....	426
Referências:.....	451



## Apresentação

Nesta obra procuro explorar os elementos do que se poderia chamar uma teoria da história no pensamento de Max Weber. Não é novidade o interesse de Weber pela História como disciplina e, por conseguinte, por seus problemas, interesses e fundamentos. Raymond Aron, talvez, tenha sido o primeiro a enfatizar o aspecto historista do horizonte de preocupações de Weber, introduzindo suas ideias na França então dominada intelectualmente pela Escola dos Anales. Não obstante, ao longo de sua vasta recepção, nas mais diversas línguas e culturas nacionais, a obra de Weber foi comumente associada à sociologia como disciplina, fenômeno que, se por um lado colaborou para diversos desenvolvimentos intelectuais posteriores, obliterou, por outro, o impacto que as reflexões de Weber poderiam exercer sobre a História entendida como disciplina empírica. Ainda que tardiamente, essa orientação de leitura tem começado a mudar desde o fim do século passado, e de modo crescente a obra de Weber tem despertado a atenção de historiadores mundo afora. A obra de Weber tem sido desde a década de 70 do século XX, retomada e apropriada por teóricos da história e historiadores dos mais diferentes tipos. Nomes como Paul Ricoeur, Paul Veyne, Jörn Rüsen, Jürgen Kocka, Fritz Ringer, são exemplos de autores que, de algum modo e em diversos aspectos, têm salientado a importância da obra de Weber para a disciplina da História.

Essa reaproximação da obra de Weber com os temas e problemas da História e da Historiografia, por sua vez, dá expressão a novos estudos dedicados a esclarecer as possíveis relações entre o pensamento de Weber e o tema da História. Esforço representativo desta tendência, digamos, historista de leitura de Weber, é *Max Weber et l'histoire*, de Catherine Colliot-Thélène, publicado em 1990. No Brasil, destacam-se, nesse tipo de leitura que aproxima as ideias de Weber aos problemas da História, *Max Weber e a História* (1996), de Astor Antônio Diehl, e, mais recentemente, *A Fascinação Weberiana* (2013), de Sérgio da Mata.

Este livro se inscreve nessa já constituída tradição que aproxima as reflexões de Weber dos problemas da História como disciplina. O objetivo é refletir sobre a teoria da história a partir do legado weberiano. A maneira mais frutífera de fazê-lo, supomos, foi endereçar à obra de Weber questões e problemas da teoria da história que permanecem longe de estar consensualmente solucionados entre os especialistas e, a partir disso, reconstituir, de modo coeso, os princípios, conceitos e ideias cujas relações expressam o que podemos chamar de teoria da história weberiana. O livro divide-se em duas partes que, embora conectadas, têm diferença de ênfase: a primeira parte, intitulada *Cultura, Ação e História*, diz respeito a uma reflexão sobre o “mundo de objetos” sobre os quais a historiografia se dedica a pesquisar. A segunda parte, por sua vez, tem caráter mais propriamente epistemológico, e preocupa-se em “como conhecer” esses objetos.

Uma estratégia anacrônica, como se pode notar, pois exige compreender o pensamento de Weber não como limitado, numa referência ostensiva, ao mundo de que fizera parte, mas como algo capaz de ultrapassá-lo nos termos de novas épocas, de novos problemas, de novas leituras. Trata-se de pôr em questão problemas cruciais da teoria da história contemporânea e avaliar em que medida os influxos da tradição weberiana de pensamento podem contribuir para sua solução ou, pelo menos, para a reformulação destes problemas sobre outras bases. Quatro problemas intercalam-se na configuração de uma teoria da história cultural apoiada

da sobre o legado de Weber: o problema da estase do conceito de cultura (a), o problema do sujeito da mudança histórica (b), o problema da formação de conceitos em história (c) e o problema da causalidade em história (d). É em torno de uma resposta a estes problemas que se concentra a leitura de Weber apresentada no livro que se segue.

### O problema da estase<sup>1</sup> do conceito de cultura

O primeiro de nossos problemas é talvez um dos mais urgentes a serem resolvidos. Pois a questão da cultura, enquanto âmbito objetual da disciplina da história, traz não apenas as dificuldades de sua delimitação, mas, além dela, também o problema de sua estase. O que aqui chamamos de *estase do conceito de cultura* consiste no esgotamento, em função de um uso abusivo a que foi submetida, desta categoria como lócus de construção do conhecimento histórico.

O uso abusivo do conceito de cultura consiste em, e deriva de, sua não problematização ou não tematização teórico-analítica. Esse uso abusivo tem por consequência um fato curioso: o conceito de cultura deixa de funcionar como categoria das ciências da cultura, e passa a integrar, de uma maneira generalizada, amorfa, e massificada, também as interpretações emitidas pelo senso-comum: cultura, aos poucos, deixa de ser uma categoria profundamente elaborada, como o foi o conceito de Natureza que Kant inventara para fundamentar as ciências naturais (e como o foram os conceitos de Cultura elaborados por Rickert, Simmel ou Weber), e passa progressivamente a funcionar como uma categoria que extrapola as pretensões de validade típicas do conhecimento disciplinar, uma vez que passa a incluir também as interpretações emi-

---

1 A palavra estase foi usada aqui, primordialmente, para indicar o esgotamento da palavra cultura enquanto categoria das ciências humanas. Essa palavra corresponde a um termo médico que designa a interrupção do fluxo normal de um líquido: fala-se, por exemplo, da estase do fluxo sanguíneo, quando sua diminuição alcança a completa estagnação. O termo estase, então, quando aplicado à cultura, permite identificar melhor o esgotamento dessa categoria para os estudos humanos: esse esgotamento deriva justamente de um conceito de cultura que não está em fluxo, mas que permanece fixado de maneira não reflexiva como um pressuposto inquestionável dos estudos históricos.

tidas em veículos do senso-comum, desde reportagens ordinárias e crônicas jornalísticas, até as conversações cotidianas. Cultura, de uma maneira geral, passa a funcionar, tanto no senso-comum como nos meios acadêmicos, como um conceito pré-consciente que funciona a todo instante como fator explicativo (ou mera expressão qualitativa) do comportamento humano historicamente situado; uma espécie de palavra mágica a partir da qual se determina uma realidade até então indefinida e sem inteligibilidade. Não parece tão estranho que nos veículos de senso-comum não haja tal problematização; contudo, é grave quando o mesmo ocorre em ambiente científico, onde há distinta pretensão de validade.

Dada esta situação, que em algum grau atinge todo o campo acadêmico da historiografia, na medida em que lida com “cultura”, nossa pergunta é: o que permite distinguir as análises e as proposições historiográficas e socioculturais, daquelas interpretações mais grosseiras e generalizadas, disseminadas no senso-comum e na vida cotidiana, se ambas por vezes se apoiam num *conceito pré-reflexivo* de cultura? Pode o cientista cultural abrir mão de uma definição conceitual e reflexiva do conceito de cultura e ao mesmo tempo requerer para suas proposições causais um *status* de validade distinto e superior às interpretações disseminadas no senso-comum?

Uma resposta a estas questões terá que superar, antes, uma série de outras que vão inclusas em seu escopo. Trata-se de questões que, antes de especificarem um conceito particular de cultura, definem suas condições de possibilidade; elas dizem respeito, sobretudo, a uma consideração reflexiva da relação entre cultura e sentido/significado. É esta relação a que atrai o maior interesse na teorização da cultura como um âmbito objetual pertinente à história como disciplina.

O problema de como os significados culturais são produzidos foi e continua sendo uma das questões que mais divide os historiadores e os teóricos da história. Este problema se agravou mais ainda justamente quando os historiadores pensaram tê-lo resolvido. Sob a pressão da virada linguística (*linguistic turn*), os

historiadores pensaram ter resolvido o problema da cultura e da geração de sentidos ao tratar aquela como um sistema coerente de signos, de tal modo que a geração de sentido dependesse apenas das relações diferenciais que os signos integrados sistemicamente engendram. A assunção desta premissa deu aos historiadores melhores condições de defender a “cientificidade” de sua disciplina, o que certamente era bastante atrativo; tratando a geração de sentidos como o resultado não de processos históricos perpetrados pela ação e pela luta entre homens existencialmente lançados ao mundo (e não, tão somente, lançados à linguagem), mas como fruto de relações sistêmicas entre signos diferenciais reunidos numa mesma linguagem, código, cultura, os historiadores chegaram à conclusão que podiam identificar a cultura a uma linguagem, autorizando-se assim a tratar os eventos históricos particulares como um tipo de texto, uma especificação particular da cultura, tal como a fala em relação à língua. Este procedimento tem como consequência uma concepção de cultura que não está aberta à contingência histórica, já que, como linguagem, a cultura codifica a possibilidade de qualquer texto, isto é, de qualquer “especificação” que um evento histórico particular venha a assumir. Com a cultura assim concebida deixava de haver espaço para qualquer fator extrínseco ao código cultural; a contingência não existe senão pela mediação linguística do código que é sempre formalmente anterior às possibilidades de sentido e não-sentido, já que sentido é gerado não pela *criatividade* que representa a ação humana e sua enorme margem de *irracionalidade*, mas tão somente pela posição que ocupa numa rede sincrônica de relações diferenciais entre signos.

Ora, este problema nos conecta diretamente com um problema subsequente, e que muito diz respeito aos interesses cognoscitivos de uma disciplina como a história. Falamos agora do problema do sujeito da mudança em história. Depois que os historiadores optaram por identificar a cultura a um sistema fechado de signos, uma nova dificuldade atingiu os estudos históricos: subtraindo toda contingência não-linguística, entre elas os fatores irracionais que integram a conduta humana, os historiadores adeptos desta

premissa tiveram dificuldades para explicar a mudança histórica e aquilo ao qual se pode atribuir um valor causal em relação a ela. Mais especificamente, no dizer de Michael Fitzhugh e Willian Leckie<sup>2</sup>, os historiadores passam a precisar de *um deus ex machina* para explicar uma mudança cultural ou uma mudança no próprio sistema de signos. Com isso chegamos ao nosso segundo problema.

### O problema da ação humana para a História

O problema da agência humana para a história, apesar da longa tradição que discute a relação entre agência e causalidade, é bastante atual; este problema ascendeu novamente com toda a força depois que algumas premissas da virada linguística foram incorporadas sem concessões. Uma delas, já o dissemos, é a de que a cultura compreende sistemas fechados de signos em relações diferenciais. Paralelo a esta é a proposição de que os seres humanos, enredados na linguagem e na condição discursiva<sup>3</sup>, conhecem apenas e inteiramente na linguagem. Uma proposição é, na verdade, o correlato lógico da outra,<sup>4</sup> bem como o são as suas consequências para a historiografia. Dentro de uma tal estrutura, a realidade não existe além da extensão da linguagem, “ela é sempre já construída na linguagem, que é anterior a nosso conhecimento do mundo”.<sup>5</sup> Ora, este ponto de vista alcança seu ponto paradoxal assim que nos perguntamos por que, então, mudariam os próprios códigos culturais, já que, não sendo afetados por nada exterior a eles próprios, por que eles mesmos se auto-impeliriam a uma mudança?<sup>6</sup>

---

2 Cf. FITZHUGH, Michael; and LECKIE William. Agency, post-modernism and the causes of change. *History and Theory*, n. 40, p. 59-81, 2001.

3 Cf. ERMATH, Elizabeth. Agency in the discursive condition. *History and Theory*, n. 40, p. 34-58, 2001.

4 FITZHUGH, Michael; LECKIE, William. Agency... *op. cit.*, p. 64.

5 *Ibidem*.

6 Eis a maneira como Fitzhugh e Leckie colocam a questão: “Se um pensamento pode expressar apenas possibilidades permitidas pelas relações no sistema de signos num momento dado, todos os pensamentos são essencialmente formulados no momento em que ocorrem. Em adição, porque o meio do pensamento constitui um sistema fechado, humanos não podem ganhar acesso a qualquer coisa fora daquele sistema, conscientemente ou não, nada pode penetrá-lo de fora. Carecendo de estímulos externos, resulta difícil conceber qualquer maneira na qual seres humanos poderiam criar novos

Deste modo, surge para nós um problema que suscita muita polémica. A cultura é feita pela ação humana ou é o contrário? A ação humana perpetra criativamente o domínio da cultura e lhe imprime as mudanças históricas que o historiador percebe nele? Ou, diferentemente, a ação humana é sempre objeto de padrões de significado reunidos num sistema estruturado de signos, e tão somente corresponde a uma especificação particular e concreta deste sistema abstrato e formal, de tal maneira que sempre que falarmos de ação falamos da projeção de personificações antropomórficas? De que maneira deve-se compreender o papel da agência humana sobre a história da cultura e de que maneira os seres humanos conectam as representações culturais à sua prática social?

É desnecessário dizer agora, em detalhes, como a obra de Weber ocupa uma posição fundamental para uma reflexão sobre estes problemas. Certo é que *Weber conectou uma teoria da causalidade histórica a uma teoria da ação social*, procedimento inaudito e cuja característica fragmentária da obra de Weber torna difícil de entrever. Esta conexão redimensiona a discussão sobre agência e o seu respectivo valor causal para história. Ela nos leva, além disso, a outros dois de nossos problemas principais.

### O problema da formação de conceitos em história

A relação entre conceito e realidade empírica sempre esteve no centro das discussões filosóficas, especialmente na teoria do conhecimento. Na teoria do conhecimento histórico, particularmente, o problema da formação de conceitos constitui uma questão dramática. As dificuldades que o tema da formação de conceitos assume em história correspondem a uma dificuldade inicial de delimitar o ponto de referência para o qual seus conceitos devem estar voltados: isto é, de delimitar antecipadamente o caráter e a natureza da realidade empírica sobre a qual os conceitos históricos devem versar.

---

termos ou mesmo combinar seus velhos elementos linguísticos em uma nova maneira, sem recorrer a um *deus ex machina* filosófico.” FITZHUGH, Michael; LECKIE, William. Agency... *op. cit.*, p. 65.

Situação incômoda, uma vez que a realidade empírica, também ela, precisa a princípio ser definida conceitualmente antes mesmo que seja possível fazer conceitos a respeito dela, sejam eles conceitos físicos, biológicos, sociológicos ou históricos. Desta situação parece restar a seguinte alternativa óbvia: por trás de todo conceito de conceito, há sempre um conceito do que é realidade empírica, ou, em outras palavras, daquilo que pode ser apreendido por um conceito e sobre o qual ele se volta. Mesmo conceitos que deliberadamente não assumem como objeto algo que provenha da realidade concretamente vivida, o conceito haverá sempre de ter sua natureza delimitada correlativamente a algo que não é conceito, mas que, entretanto, encontrava-se *já conceituado*. Assim, mesmo que conceitos se refiram a conceitos, há sempre uma pressuposição última de algo que seja mais do que conceito, isto é, a própria realidade empírica, que no mais das vezes encontra-se já conceituada, mas que nem por isso deixa de estar pressuposta, já que isso colocaria um segundo problema ainda maior: a da função ou, neste caso, *da inutilidade cognoscitiva* dos conceitos – ou, por acaso, não seria um absurdo em si usar conceitos para conhecer novos conceitos?

O problema da formação de conceitos, então, tem um duplo aspecto problemático, seja lá qual disciplina deles queira se apoderar. Em nosso caso (o caso da disciplina da história), veremos, tal problema está radicalizado desde o século XIX e, talvez, adiante, para todo sempre, em vista de algo que nos parece de fato irreversível. Desde que se anunciou a natureza irrepitível e absolutamente idiossincrática da realidade histórica (com Vico e Herder, Windelband e Dilthey, cada qual a seu modo), isto é, do *não-conceito* sobre o qual os conceitos históricos devem voltar seu espectro semântico e representacional, a formação de conceitos em história tem que se comprometer com severas discussões a respeito da plausibilidade da relação que procura estabelecer entre conceito e realidade empírica (no caso uma realidade já passada e em todo caso absolutamente individual), por um lado, e da relação que procura (ou que negligencia) estabelecer com outros conceitos já existentes pré-reflexivamente.

A forma tipo-ideal, já tão conhecida na literatura mundial, deverá então ser condensada com vistas à formação de conceitos em história, estabelecendo seus limites e implicações imediatas para a consecução e produção do conhecimento histórico.

### O problema da causalidade histórica

Dentre os quatro problemas que elegemos, este nos parece o de maior complexidade. Isto não apenas porque a categoria de causalidade tornou-se, em todo o século XX, objeto de incontáveis ataques. Ainda desconsiderando essas ofensivas, deveras robustas e instrutivas (sobretudo as advindas da filosofia da linguagem), temos motivos internos à nossa própria disciplina para suspeitar dessa categoria. Tais motivos podem ser condensados em um só: a completa ausência de um modelo básico de causalidade a que tenham os historiadores se referido ao longo da história da historiografia. Pelo contrário, existe um quase absoluto desacordo quanto ao que significa “ser causado” em história, muito embora não se conheça nenhuma obra historiográfica que não tenha estabelecido, mesmo que despreziosamente, nexos de causalidade entre os mais diversos eventos que abordam.

Justamente por isso, a gravidade deste problema tanto se destaca como coloca para nossa disciplina uma situação interna de conflito que pouco faz avançar o conhecimento histórico em vistas de sua utilidade e de um possível papel público que tenha a desempenhar, restando como mera justificativa intelectual para afirmação de ideologias particulares. A causalidade histórica, em outras palavras, flutua a cada obra historiográfica à mercê da teoria que a constrange: um historiador estruturalista estabelece nexos causais absolutamente incongruentes, por vezes incompatíveis e antagônicos, com um historiador, não menos qualificado, que se orienta por uma teoria intencionalista, ainda que ambos se voltem para o mesmo fragmento do passado.

O problema da causalidade histórica deixa entrever, ainda, outra face, conectada com o nosso problema anterior. À medida

que a formação de conceitos em história se depara com uma realidade resistente à secção conceitual, isto é, com um conteúdo que, a despeito de chegar até nós de forma fragmentária e já codificada, remete a uma continuidade indivisível, como estabelecer um inter-relacionamento lógico entre suas partes assim debilmente delimitadas? Como, pois, estabelecer algumas partes como “causando”, condicionando outras, se a própria divisão do passado (ou, no caso, da realidade histórico-empírica) em partes se demonstra, antes de tudo, como um problema a ser resolvido? Muito embora tal problema exista, a maior parte dos historiadores, no cotidiano de suas pesquisas, desconsidera tais dificuldades que envolvem primeiro um seccionamento em partes de algo que por si não tem limites, e depois, do estabelecimento de uma conexão lógica de condicionamento entre tais partes assim destacadas de uma totalidade abscondida ou, em todo caso, não revelada.

É, portanto, em torno destes quatro problemas que movimentamos nossa reflexão sobre o legado weberiano. Essa é a maneira encontrada por nós de dar à sua obra o caráter de atualidade que se exige de um clássico. Cada um dos quatro capítulos trata especificamente de questões relativas a esses problemas. Assim, nosso primeiro capítulo trata da questão relativa ao conceito de cultura e de seu desdobramento no interior da teoria do conhecimento histórico. Neste caso, operamos uma sistematização conceitual que configura o campo de objetos da ciência cultural como estando atravessado por dois âmbitos distintos e complementares: o que chamamos de âmbito existencial da cultura, por um lado, e âmbito conceitual ou reflexivo da cultura, por outro. Neste capítulo concentramos nossa atenção no que seria uma hermenêutica do sentido que deve prefigurar a reflexão histórica sobre as significações culturais e o modo como as mesmas adentram a existência social dos homens historicamente situados. O âmbito existencial das culturas diz respeito ao domínio da ação, ao modo como vivemos existencialmente as significações culturais; enquanto o âmbito epistemológico diz respeito ao domínio do discurso, ao modo como as tematizamos analítica

e reflexivamente. Essa diferenciação da cultura entre dois âmbitos distintos nos permitiu uma mais rigorosa distinção ulterior entre dois tipos distintos de racionalidade (teorética e prática), entre dois tipos distintos de atitude (natural e reflexiva), entre dois tipos distintos de temporalidade (temporalidade vivida e temporalidade pensada), entre dois tipos distintos de compreensão (compreensão observacional e compreensão motivacional), situando cada qual dessas categorias conceituais no respectivo âmbito da cultura que lhe diz respeito com base na estruturação de uma teoria da história integrada a uma teoria da ação.

No segundo capítulo, confrontamos o pensamento de Weber com algumas premissas intelectuais correntes no neokantismo, de modo a forjar uma metáfora para a reflexão sobre a relação entre história e conhecimento: o labirinto neokantiano. Trata-se de extrair as consequências do modo como Weber lidou com a premissa neokantiana, válida para ele, de que há um abismo intransponível entre conceito e realidade, um *hiatus irrationalis* entre a esfera da realidade empírica e a esfera da representação. Em seguimento ao problema da relação entre história e conhecimento, tratamos do problema da relação entre história e cultura, tema para o qual desdobramos o pensamento de Weber em dois horizontes distintos, mas complementares, de sua recepção: um fenomenológico, através de Alfred Schutz, e outro estruturalista, a partir de Talcott Parsons. A convergência entre essas duas leituras aparentemente divergentes de Weber permite entrever a profundidade da teoria weberiana da ação e entender a ação como o polo mediador entre história e cultura, entre mudança e permanência. A conjunção dessas duas leituras divergentes de Weber (uma estruturalista e outra fenomenológica) possibilitou-nos delimitar com precisão o intrincado problema relativo ao papel da agência na história e lançar as bases de uma “hermenêutica profunda” fundada no legado de Weber.

No terceiro capítulo discutimos a teoria da formação de conceitos weberiana e sua distribuição ao longo da operação historiográfica. Começamos por delinear a natureza específica da

representação conceitual tal como caracterizada por Weber (os tipos-ideais): o fato de o conceito ser sempre uma “imagem” mental permite-nos destacar o papel da imaginação na formação de conceitos em história, dando seguimento a um amplo debate que diz respeito ao tipo de evidência e ao âmbito de validade das representações conceituais ideal-típicas. Após isso, oferecemos uma tipologia dos tipos ideais que integram a operação historiográfica: tipos-ideais categoriais; tipos-ideais de generalidades abstratas, adequadas e não-adequadas; tipos-ideais de individualidades históricas; tipos-ideais de desenvolvimento histórico ou de sequência narrativa de acontecimentos.

No quarto capítulo discutimos os problemas da teoria da causalidade histórica: mais especificamente, analisamos a questão relativa ao significado de “ser-causado” em história, por um lado, e os procedimentos lógicos que especificam a estrutura da explicação causal em história. Em conexão com estes problemas, colocamos as questões atuais que dizem respeito à problematização da narrativa historiográfica como fator de produção de um efeito explicativo e de aproximação entre história e ficção. Apresentamos, neste caso, um ajuste lógico entre a lógica da imputação causal, que define a teoria da causalidade weberiana, e o modelo narrativo de explicação que caracteriza a história como disciplina. Por fim, discutimos o papel público da disciplina da história, refletindo sobre as antinomias que atravessam a paradoxal condição humana, extraindo daí a necessidade de constituição de um conceito dialógico de verdade histórica.